



Inquérito sobre violação de sigilo chega à Justiça

Mesmo sem ter analisado os extratos telefônicos do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, a Polícia Federal envia na próxima segunda-feira (11/9) à Justiça o inquérito sobre a violação do sigilo bancário do caseiro do ex-ministro, Francenildo dos Santos Costa.

O delegado Rodrigo Carneiro Gomes, encarregado do inquérito, explicou que a empresa Brasil Telecom ainda não enviou os dados, mas isso não prejudica o inquérito porque o ex-ministro Palocci já está indiciado pelo crime e, qualquer que seja o resultado da análise, não altera a sua condição. As informações são de Vannildo Mendes para o jornal *O Estado de S.Paulo*.

Pivô da queda de Palocci, Francenildo revelou, em março deste ano, que o petista era freqüentador de mansão do Lago Sul, em Brasília, onde lobistas da “República de Ribeirão” se reuniam, promoviam festas e partilhavam dinheiro. Informado da existência de uma alta soma na conta de Francenildo, Palocci envolveu vários órgãos numa

operação para desmoralizar o caseiro, incluindo a Caixa e o Coaf — Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Tentou, sem sucesso, envolver a PF e a Abin — Agência Brasileira de Inteligência.

Diligências

Aberto em março e concluído em maio, o inquérito foi devolvido à Polícia Federal para diligências complementares. A pedido do Ministério Público, a Justiça Federal quebrou o sigilo telefônico de Palocci na semana de 10 a 17 de março, a fim de verificar com quem o ex-ministro se comunicou na semana em que foi violada a conta bancária de Francenildo, na Caixa Econômica Federal.

Mas, segundo Gomes, já são suficientemente robustas as provas de que partiu de Palocci a ordem para a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro. O ex-ministro está indiciado pelos crimes de violação de sigilo bancário e funcional e prevaricação.

Estão também denunciados como co-autores o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso e o ex-assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, Marcelo Netto, ambos demitidos em razão do escândalo.

Os dados telefônicos, segundo delegado, servirão para reforçar o rol de provas e serão posteriormente enviados à Justiça para assegurar a condenação dos acusados. Palocci pode pegar de dois a oito anos de prisão, mesma pena a que está sujeito Mattoso. Acusado de ter vazado os dados bancários à imprensa, Netto pode pegar até três anos de prisão.

Visite o blog eleitoral da **Consultor Jurídico** [clikando aqui](#).

Date Created

09/09/2006